

AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

Lucas Maia¹

Este artigo foi escrito para ser apresentado como Conferência no III Simpósio Nacional Marxismo Libertário, ocorrido na cidade de Goiânia nos dias 3, 4 e 5 de setembro de 2014. Este trabalho foi apresentado na mesa redonda: “As Jornadas de Maio e Junho de 2013 no Brasil”, que contou com a participação de Léo Vinícius, Edmilson Marques e Lucas Maia.

As determinações das Jornadas de junho de 2013 no Brasil

Marx, num discurso pronunciado na festa de aniversário do jornal *People's Paper*, comentando a surpresa que a Revolução de 1848 provocou no conjunto da sociedade, afirmou:

Em todas as manifestações que desconcertam a burguesia, a aristocracia e os pobres profetas da regressão, reconhecemos o nosso bom amigo *Robin Good Fellow*, a velha toupeira que sabe cavar a terra com tanta rapidez, esse digno sapador que se chama revolução (MARX, s/d, p. 299).

Para nós hoje, no século XXI, esta afirmação de que as revoluções são um processo inesperado que brota do chão fértil do tecido social é muito mais verdadeira. Temos à nossa disposição, como laboratório de análise, todo o imenso século XX e o conjunto de processos revolucionários que este testemunhou. Como é sabido, as revoluções não podem ser previstas com pesquisas de opinião de tipo *survey*. *Elas expressam a possibilidade do que se apresentava como impossível.*

As manifestações de junho de 2013 no Brasil estão longe de se configurar como uma revolução, embora, por imprevisível que esta seja, talvez estivesse a poucos centímetros de nossos narizes. O fato, contudo, de não ter sido uma revolução, ou seja, uma transformação radical das relações de produção e do conjunto da vida social, não

¹ Geógrafo. Professor do Instituto Federal de Goiás/Campus Aparecida de Goiânia. Militante do Movimento Autogestionário. E-mail: maiaslucas@yahoo.com.br

retira das jornadas de junho sua imprevisibilidade e o assombro que provocou no conjunto das classes conservadoras e as centelhas que inspirou nos corações dos que almejam a revolução.

O que, afinal, fez a sociedade brasileira borbulhar por alguns instantes? Não vou aqui resenhar todo o conjunto de leituras, sobretudo jornalísticas, que existem hoje sobre esta questão, pois além de serem, em sua maioria, profundamente superficiais, repetem-se longamente. Destacarei duas abordagens e a partir delas, apresentarei minha interpretação.

Na campanha presidencial do ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton, um publicitário utilizou a seguinte expressão para discutir as variações da campanha eleitoral: “é a economia, estúpido”. A superficialidade desta afirmação salta aos olhos. Qualquer observação da vida política demonstra que esta afirmação é de um reducionismo economicista extremo. O que me chamou a atenção sobre isto foi o fato de José Arbex Jr. ter feito uma paráfrase da afirmação de nosso publicitário, escrevendo no dia 07 de julho de 2013 um artigo intitulado “É a conjuntura, estúpido!”.

Afirma Arbex Jr.:

A resposta está na conjuntura. Não está na vontade dos dirigentes partidários, sindicais, dos movimentos sociais e nem mesmo do MPL – que foram tão pegos de surpresa quanto qualquer outro cidadão. Não está em manobras e articulações palacianas, nem da “direita” nem da “esquerda” (ARBEX JR., 2014).

A única verdade presente na afirmação é o fato de que todos, exatamente todo mundo, foram pegos de surpresa. Também é verdade que as manifestações não são obra de articulações “palacianas”. O prosseguimento da argumentação gira em torno da ideia de que o Brasil chegou a um momento de “basta”, ou seja, a população não suporta mais o estado precário da saúde, da educação, da corrupção dos políticos profissionais, não suporta ver os gastos desmedidos com Copa do Mundo etc. Este basta, determinado pela “conjuntura”, termo bastante impreciso para se explicitar as determinações que levaram à eclosão das Jornadas de Junho. De fato, a assim chamada conjuntura teve seu lugar: Copa das Confederações, gastos com a Copa do Mundo, escândalos de corrupção, endividamento da população devido a políticas de crédito do governo federal, várias

greves dos trabalhadores da educação municipal e estadual em várias cidades, revolta dos trabalhadores em alguns canteiros de grandes obras, com a usina de Jiral em 2011 etc., etc., etc. são elementos da conjuntura citados por Arbex Jr. que demonstram este estado de “basta” que foi expresso pela ação contestadora da população em junho de 2013.

Em que pese estes elementos de fato componham o leque explicativo das determinações que culminaram na explosão de junho de 2013, a maneira como o autor coloca o problema, em termos de conjuntura, ou seja, como se aquelas jornadas fossem somente o resultado de uma combinação explosiva nos parece insatisfatório. Se a “conjuntura”, ou seja, a articulação dos processos em dado momento e lugar, tem sua importância, não são, contudo, a explicação do fenômeno. Arbex Jr. parou no nível da aparência, não entrando nas determinações mais essenciais que impulsionaram a “velha toupeira” a sair de seu buraco. Como estes elementos da conjuntura se articulam? Vários destes elementos existiam em momentos anteriores e mesmo assim, não explodiram Jornadas de Junho nestes momentos. A explicação de Arbex Jr. é, portanto, totalmente incompleta e insatisfatória.

Ermínia Maricato, em artigo intitulado: “É a questão urbana, estúpido!”, faz interessante discussão acerca das determinações que levaram às Jornadas de Junho de 2013. Como muitos outros intelectuais, a autora defende a tese de que o os governos do Partido dos Trabalhadores – PT nos últimos anos fizeram uma política econômica e social que garantiu certa estabilidade e certa melhora na qualidade de vida da população trabalhadora, fazendo com que milhões de brasileiros ingressassem na “classe média”².

² O uso do termo classe média é em si mesmo problemático, pois, trata-se de expressão genérica, que coloca num mesmo bojo vários grupos e classes sociais distintos. Numa perspectiva marxista, que parte da divisão social do trabalho para interpretar as classes e as lutas de classes daí derivadas, uma tal expressão não tem lugar. Quando se fala em classe média, está-se, via de regra, limitando-se a faixa de renda e por isto, coloca-se numa mesma classe, várias classes que ocupam lugares diferentes da divisão social do trabalho. Por exemplo, se se toma a faixa de renda de 2 a 3 salários mínimos e dá-se a esta faixa o nome de classe média-baixa, por exemplo, pode-se colocar aí: o operário qualificado, o professor da rede básica de ensino, o aposentado etc. Vê-se, claramente, que o termo classe média e sua metodologia de divisão de classe via faixa de renda é um equívoco sem tamanho, pois não apreende a diversidade de classes que ocupam uma mesma faixa de renda, além de não conseguir apreender as relações entre as classes etc. Para uma análise mais detalhada disto, cf. (MAIA, 2011), (VIANA, 2012).

Não é espaço aqui para refutar as leituras destes autores, que enfocam suas abordagens nos programas de governo, mas desconsideram completamente as relações de classe que fundam nossa sociedade. Assim, os governos do PT são melhores que os do PSDB, pois o PT promoveu “aumento real de salário mínimo”, “bolsa família”, “luz para todos”, “Prouni”, “Reuni” etc. sendo, pois, mais atento às demandas do “povo” do que foram os governos anteriores³.

O abandono da perspectiva revolucionária destes pontos de vista “progressistas” é evidente. Ermínia Maricato segue a mesma linha de argumentação, mas acrescenta algo crítico que os autores citados nem sequer consideraram: a questão urbana. Assim, para Maricato (2013), não se trata de “economia, estúpido!” Nem muito menos de “conjuntura, estúpido!”, mas sim de “questão urbana, estúpido!”. Os problemas de mobilidade, habitação, saneamento, abastecimento etc. que assolam todas as cidades brasileiras já eram graves antes do neoliberalismo, mas se acentuaram sobremaneira com a gestão neoliberal das cidades, gestão esta que os governos do PT realizaram com eficácia. Para Maricato, a gestão neoliberal das cidades significou uma política desastrosa em termos de desenvolvimento urbano e isto acentuou sobremaneira os conflitos sociais nas *cities* do Brasil.

Após fazer toda uma análise das políticas urbanas: habitação, mobilidade etc. das políticas institucionais (estatuto da cidade, ministério das cidades etc.) demonstra que embora tenha havido estes avanços no campo da política institucional, do ponto de vista da vida cotidiana dos espaços urbanos, a situação só se agravou nas últimas décadas (remoções devido a megaeventos, ocupação militar de comunidades pobres no Rio de Janeiro, desapropriações violentas em casos de ocupações de terra urbana, aumento incontrolável do preço do solo urbano, crise de mobilidade, trânsito etc.). Os programas do PT criaram “consumidores” endividados, mas agravou a tal ponto a crise urbana, que a população explodiu em manifestações em junho de 2013.

³ Para uma defesa deste ponto de vista, ou seja, de que os Governos do PT significam um avanço sem precedentes na história do país, cf.: Fagnani (2014), Dowbor (2014), Pochmann (2014) etc.

Em que pese concordemos com parte das argumentações de Maricato sobre as determinações da questão urbana no desenrolar dos processos que ocorreram em junho, só quero destacar a pouca atenção dada por ela no texto à questão da organização das lutas sociais nos movimentos de junho de 2013. Mesmo sendo a coletânea (MARICATO et. al., 2013) dedicada às manifestações, a atenção dada pela autora aos sujeitos que iniciaram tudo aquilo é quase nula em sua análise. Este é, efetivamente, sua grande limitação. Embora critique os limites da política institucional (leis, ministérios, partidos etc.) como elementos de resolução da questão urbana, não avança numa leitura de como uma política feita por fora e contra esta institucionalidade contribui para a colocação da questão urbana em novos patamares. Ela percebe os limites da política institucional, mas não consegue inserir, em sua abordagem, os elementos novos⁴.

Após criticar toda a política urbana e a situação das cidades brasileiras, afirma:

Concluindo: para fazer frente a esse quadro, aqui apenas resumido, temos no Brasil leis, planos, conhecimento técnico, experiência, propostas maduras e testadas nas áreas de transporte, saneamento, drenagem, resíduos sólidos, habitação... Mas além disso tudo, *o primeiro item necessário à política urbana hoje é a reforma política, em especial o financiamento de campanhas eleitorais. Então, que viva a moçada que ganhou as ruas* (MARICATO, 2013, p. 26). (grifos meus)

Está evidente que ela não consegue abandonar as formas de organização e luta política que ela mesma denunciou como incapazes de resolver a questão urbana. A única atenção dada por ela aos elementos novos de luta política é: “que viva a moçada que ganhou as ruas”. Esta moçada é externa à sua análise, aparece como apêndice, que no máximo pode fazer a política institucional se movimentar um pouco mais rápido.

Se, a partir do que apresentamos, não se trata de “economia”, não se trata de “conjuntura” e não se trata de “questão urbana”, trata-se de que enfim?

⁴ Após o término da escrita deste artigo, encontramos o livro “Vinte centavos: a luta contra o aumento” (JUDENSNAIDER et. al., 2014), que embora seja extensamente descritivo, dá grande atenção às formas de luta e organização típicos dos coletivos políticos, sobretudo o MPL-SP, que estiveram à frente das lutas empreendidas nas Jornadas de Junho. Mesmo assim, esta obra não se dedica a compreender a natureza, possibilidades, limites destas organizações e sua relação com as Jornadas de Junho. Devido o caráter descritivo da obra, não avança numa leitura teórica das Jornadas e das organizações que nela estavam envolvidas.

Na verdade, não é correto separar esses elementos, que compõem, em verdade, uma totalidade. “O concreto é síntese de múltiplas determinações” (Marx, 1982). As Jornadas de Junho são um concreto ainda mal compreendido, mas já em vias de se tornar completamente explicado. As Jornadas de Junho são, do ponto de vista do método, um resultado, a resultante de um conjunto de processos e por isto mesmo o início da pesquisa. A pesquisa se inicia pelo concreto dado, o processo real, concreto. Vai a pouco e pouco galgando novas informações, articulando saberes já consolidados e compondo um todo explicativo que dê conta de examinar e elucidar tudo aquilo, tornando-se um concreto pensado. Do ponto de vista do desenvolvimento concreto dos processos, as jornadas são a finalização de uma teia de relações dadas. Contudo, do ponto de vista da análise, é o início da pesquisa.

Brant (2014) nos apresenta os seguintes elementos determinantes das Jornadas:

Ao menos doze fatores parecem ter se entrelaçado naquelas semanas: a conjuntura política brasileira, a crise de representação e de participação política, as inspirações internacionais, o histórico recente da luta pela redução da tarifa, a força da pauta do transporte público, o momento da Copa das Confederações, a força do modelo de manifestações, a potência das redes sociais e das narrativas independentes, a violência policial contra manifestantes e jornalistas, a demora na reação dos governantes, a ação da mídia tradicional e, finalmente as múltiplas narrativas e vivência dos atos (BRANT, 2014, p. 34).

Falta método na exposição do autor, que além de enumerar estes “fatos” não consegue avançar na explicação para a emergência das Jornadas, além de apresentar erros de análise imperdoáveis, como, por exemplo, colocar o papel dos partidos políticos e do PT como importante na eclosão dos protestos. Afirma, por exemplo, que o PT hoje é avesso às “classes médias” e mais afeito às classes trabalhadoras etc.

Em nosso entendimento, para a compreensão correta das Jornadas, temos de articular num todo dois elementos: a) “questão urbana”, tal demonstrada por Maricato e b) “conjuntura”, tal como demonstrada por Arbex Jr. Além, claro, de considerar as afirmações de Brant. Contudo, é necessário ir além deles na compreensão das Jornadas.

A questão urbana: mobilidade, habitação, saúde, educação etc. são problemas candentes que assolam a população trabalhadora. A conjuntura: Copa do Mundo, Copa das Confederações, crise de representatividade dos partidos e políticos profissionais,

crise de legitimidade da democracia representativa etc. são catalisadores dos acontecimentos que mudaram a cena política brasileira por alguns instantes. Esses elementos, contudo, colocados como justapostos não nos ajudam a ler adequadamente as Jornadas de Junho.

É necessário destacar três momentos que, em verdade, expressam dois estágios das lutas sociais: 1) as lutas autônomas pela redução da tarifa até o dia 17 de junho; 2) a adesão da população em geral às manifestações até fins de junho; 3) a retomada das lutas autônomas de julho em diante. O primeiro e terceiro momentos expressam as lutas autônomas. O segundo momento expressa o nível das lutas espontâneas (isto será retomado em maior profundidade na última parte deste texto).

Quero, pois, dar destaque aqui, como elemento determinante das jornadas de junho o conjunto de lutas autônomas, sobretudo aquelas cuja pauta fundamental era o transporte, como catalisadoras do que foram as Jornadas de Junho. *Em nossa leitura, esta é a determinação fundamental, que juntamente com outras determinações condicionaram aquelas lutas.*

Por que a centralidade nestas formas de luta em específico? Antes do Brasil ser paralisado na segunda quinzena de junho, já havia uma intensa mobilização de grupos autointitulados autônomos colocando a pauta do transporte (passe livre estudantil, luta contra aumento da tarifa, luta para revogar o aumento da tarifa, passe livre universal etc.) que vinham deste o início do ano, sobretudo após o mês de abril, causando vários distúrbios em algumas capitais de estado. Antes de São Paulo ser tomada de assalto na grande manifestação do dia 17 junho, que reuniu cerca de 250 mil pessoas (SECCO, 2013, p. 73), quatro dias após a abusiva repressão da polícia à manifestação do dia 13 de junho, várias cidades do Brasil já vinham a quase dois meses em intensos confrontos com a polícia e as empresas de ônibus.

Teresina, Porto Alegre, Goiânia... vinham desde abril, mas sobretudo em maio, realizando inúmeros atos, em sua maioria coroados com confrontos com as forças do estado. *O destaque a ser dado aqui é ao tipo organizativo e as práticas de luta destas organizações, que, evidentemente, variando de cidade para cidade, seguiam uma mesma proposta: apartidarismo, ação direta, horizontalidade, combatividade, autonomia etc.* Estes

elementos organizativos deram às manifestações orquestradas por estas organizações um carácter novo (embora este tipo de luta não seja novo nas lutas sociais ocorridas no Brasil na última década). Este carácter novo foi justamente o fato de não serem controladas pelas instituições estabelecidas: partidos, sindicatos, estado, políticos profissionais etc. Nos meses de abril, maio e as duas primeiras semanas de junho, as manifestações não contavam com uma presença numerosa de pessoas. Continham em seu interior basicamente estudantes, em que pese não se possa classificar tais organizações como sendo organizações estudantis, visto suas pautas e ambições irem muito além das demandas dos estudantes. Pode-se afirmar com muita clareza que a juventude estudantil (secundarista e universitária) foi e é hoje na sociedade brasileira o seguimento mais radicalizado. Tal radicalidade foi expressa em seus *molotovs*, máscaras e roupas pretas, combatividade etc. Além desta radicalidade nas ações dentro dos protestos, as organizações (MPL em várias cidades do Brasil), Frente de Lutas (Goiânia), Bloco de Luta pelo Transporte (POA) e outras organizações que surgiram ao longo das lutas de junho sustentando os princípios enumerados acima, deram um conteúdo completamente novo e difícil de ser capturado pela institucionalidade.

Outra questão que deve ser mencionada é a ação violenta do estado brasileiro na condução da construção dos estádios e obras de infraestrutura para a Copa do Mundo no Brasil e Olimpíadas (neste caso específico o Rio de Janeiro), que despejou, violentou milhares de pessoas por todas as cidades sedes. Esta ação violenta do Estado e da FIFA contribuiu para o surgimento de várias organizações de resistência, articulados em seguida na Ancop – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. Mais heterogêneos que os coletivos de luta pelo transporte também se configuram como organizações catalisadoras de inúmeros atos que terminaram por explodir nas Jornadas de Junho de 2013.

Obviamente que as jornadas de junho são muito maiores que estas organizações. Na verdade, as jornadas significaram a adesão da população às lutas articuladas por estes coletivos. Por isto a centralidade que estou dando a tais coletivos e a capacidade de articulação que estes tiveram em levar a luta antes, durante e depois das Jornadas de Junho. Os demais elementos citados aqui: conjuntura, questão urbana, meios de

comunicação, redes sociais etc. são determinações acessórias (acessórias não quer dizer menos importante) no processo de explicação da emergência das Jornadas. *Esta é a justiça que tem que ser feita aos militantes, coletivos que estiveram e estão até hoje envolvidos com os processos de luta.*

Isto não é vanguardismo. Estes coletivos não dirigiram a população, não controlaram as ações desta. Pelo contrário, sempre se mantiveram firmes em suas pautas e propostas de ação, mesmo quando a população cedeu ao *script* da grande mídia e mesmo quando a população, após algumas semanas novamente se recolheu ao “conforto” de seus lares. *Em uma palavra, a determinação fundamental para a existência das jornadas de junho de 2013 no Brasil foi a atuação militante destes coletivos em várias cidades do Brasil antes, durante e depois do enxame de junho.*

Urge, pois, compreender melhor tais organizações.

Origem e essência dos coletivos de luta pelo Transporte no Brasil

Entender as Jornadas de Junho implica e muito em ir além da descrição das manifestações que ocuparam as ruas das cidades brasileiras durante algumas semanas. Na verdade, o processo é anterior e bem mais profundo do que os passos da população em marcha nas avenidas. Descrever dia-a-dia como se deram os acontecimentos é extremamente importante, pois sistematiza informações sobre os acontecimentos, mas de longe passa perto de qualquer explicação do que aconteceu⁵. *Junho de 2013 não se explica pelos acontecimentos de junho.*

As cidades brasileiras são um celeiro de movimentos sociais que se articulam e lutam por várias pautas, com diferentes perspectivas, formas de organização etc. Movimentos de luta por moradia, transporte, organizações e movimentos culturais etc. Uma miríade de práticas, lutas políticas, produções teóricas, culturais se espalham por todas as grandes cidades do país. Suas trajetórias, concepções e práticas são as mais variadas, desde aquelas extremamente integradas e por vezes conservadoras, até

⁵ Este é o caso de Judensnaider et. all. (2014).

aquelas com maior capacidade crítica se justapõem nas cidades. A cidade é um vulcão no qual fermentam muitas ideias e muitas práticas. Isto, por si só, mereceria uma ampla pesquisa para revelar as características políticas destes inúmeros coletivos que surgem, desaparecem, ressurgem e se disseminam pelos bairros, incógnitos do grande público.

Darei destaque aqui para as lutas envolvidas com a questão dos transportes, justamente por que estas organizações saíram do anonimato e tomaram conta das conversas de botequim, dos estudos acadêmicos e dos debates políticos. Estas organizações, variadas que são e diversas que sejam em suas formas, carregam a bandeira de um transporte melhor, desmercantilizado etc. Estas organizações, notadamente o MPL, ganharam a cena pública durante as Jornadas de Junho. Sem desmerecer os Comitês Populares da Copa, os movimentos de luta por moradia etc. que movimentam a cena política de inúmeras cidades do país, destacarei aqui as organizações de luta pelo transporte pela notoriedade que ganharam durante as Jornadas de Junho.

As lutas pelo transporte não são algo novo e acompanham o processo de urbanização do Brasil. São históricas as depredações das barcas no Rio de Janeiro, as depredações de estações de trens e metrô em várias cidades do país, a queima de ônibus, depredação de terminais etc. A história das lutas pelo transporte acompanha o surgimento desta modalidade de locomoção nos grandes centros. As lutas, contudo, operadas nos anos de 1950, 1970 etc. tem pouco a ver com as que se desenrolam hoje no país. As formas de organização e táticas de ação presentes nos movimentos de luta por melhorias no transporte existentes hoje pertencem a momento mais recente na história do país.

Em que pese não existam ainda leituras teóricas extensas sobre as lutas que vem sendo travadas por setores combativos da sociedade, sobretudo a juventude, tendo como pauta e bandeira a melhoria nos transportes, há um conjunto de informações jornalísticas, relatos de militantes, vídeos de manifestações, documentários produzidos etc. que testemunham este momento. A etapa atual do modo de produção capitalista, o regime de acumulação integral⁶, vivenciou durante toda a década de 1980, bem como a

⁶ Para uma leitura teórica sobre isto, cf. Viana (2003; 2009).

década de 1990, aquilo que se convencionou chamar de “pensamento único”. Tratava-se da hegemonia no plano da cultura, da ciência e vida política e econômica dos preceitos do assim chamado neoliberalismo. De meados a fins dos anos de 1990 já começam a emergir alguns descontentamentos, começa-se a se perceber a reemersão de um pensamento contestador: o anarquismo, situacionismo, autonomismo, conselhismo, retomada do pensamento autogestionário etc. Concomitante e parte deste processo de retomada do pensamento crítico, é perceptível também a retomada de práticas questionadoras. Podemos elencar como um dos principais agentes disto o que ficou conhecido como “movimento antiglobalização”, que é, em verdade, uma miríade extremamente ampla de organizações, coletivos, indivíduos, concepções políticas, teóricas etc. O primeiro quinquênio da década de 2000 assiste à consolidação deste momento contestador. O regime de acumulação integral não é mais momento de expressão do “pensamento único”. Consolidou-se pelo mundo ocidental toda uma prática de organização, combate, protesto, cultura etc. de questionamento do neoliberalismo. Alguns apontando para a retomada do estado de bem-estar-social, algo impossível, outros apontando para a necessidade de superação completa das relações capitalistas. Naturalmente que entre um e outro polo existem outras possibilidades, bem grupos que as defendem. Não me interessa aqui analisá-las, mas tão somente demonstrar que o “pensamento único”, que hegemonizou o mundo ocidental nos anos de 1980 e 1990 não existe mais.

É dentro deste quadro amplo, macro que é possível inserir a reemergência das lutas pelo transporte no Brasil. Não se trata aqui de mera repetição das ações espontâneas, cotidianas que ocorrem periodicamente em nossas metrópoles, ou seja, de momentos de fúria da população: queima de ônibus, fechamento de vias, quebra-quebra em terminais, metrô etc. Falo aqui de algo muito mais intenso. Estas lutas espontâneas fazem parte da mecânica comum de organização do transporte coletivo no Brasil. Fazem parte da história deste transporte. Não é algo novo, embora exista até hoje.

Refiro-me aqui às lutas que começaram a ser articuladas a partir de 2005. Estas, contudo, tem sua origem em 2003, na conhecida *Revolta do Buzu*⁷ ocorrida em Salvador, na qual os estudantes secundaristas, sobretudo, paralisaram a cidade por duas semanas para impedir que o aumento da passagem se efetivasse. A luta em torno da questão do transporte, neste contexto, não se restringia a Salvador. Já havia organizações em várias cidades: Florianópolis, São Paulo, Rio de Janeiro etc. que vinham fazendo debates, atividades, discutindo a questão do transporte (valor de tarifa, passe livre estudantil etc.). Em 2004, é a vez de uma imensa mobilização popular tomar conta das cidades de Florianópolis⁸, Porto Alegre etc.

Em janeiro de 2005, durante a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, reúnem-se nesta ocasião várias organizações políticas e indivíduos interessados no debate sobre o transporte coletivo e sobretudo sobre a pauta do passe livre estudantil. Durante esta plenária é fundado o Movimento Passe Livre – MPL. *As lutas em torno da questão do transporte durante os anos de 2005, 2006, 2007 etc. terão influência direta ou indireta das concepções e práticas desta organização.* Outras surgirão ao longo do percurso, mas a referência ao MPL é sempre constante nos coletivos que se envolvem com a pauta dos transportes. Após 2006, as lutas recuam muito, mas continua a existir em várias cidades coletivos do MPL não mais com o vigor e extensão que tinham antes, mas mesmo assim, bastante ativos, mesmo que com alcance bastante limitado. Este refluxo é estrangulado pelas Jornadas de Junho de 2013.

Nas resoluções retiradas nesta plenária, o MPL se define como sendo um Movimento de luta pelo passe livre, mas que visa ir além disto, lutando também pela desmercantilização do transporte. *Trata-se de movimento de caráter autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário.* Organiza-se em núcleos locais federados com base nestes princípios. Cada núcleo local do MPL tem autonomia, independência de atuação frente às questões locais, desde que se subscreva aos princípios definidos nacionalmente.

⁷ A *Revolta do Buzu*, documentário de Carlos Pronzato, que relata os acontecimentos de 2003 em Salvador, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1BjRhZfcLHA&feature=youtu.be>, acesso em 26/08/2014.

⁸ Para um relato e análise das manifestações de Florianópolis em 2004 e 2005, cf. Vinícius (2005; 2006).

Interessante notar que estas características do MPL refletem uma escalada das lutas à escala mundial. O Movimento Piquiteiro na Argentina, o *Reclaim the Streets* na Inglaterra, os Zapatistas no México, o Movimento Antiglobalização, os coletivos e organizações dos precários na Europa, os movimentos de contestação às políticas de austeridade em Grécia, Espanha, Itália etc. Ou seja, trata-se, em fins dos anos de 1990 e primeiros anos da década de 2000 de reemergência da prática contestadora, que em alguns momentos se aproximam de uma verdadeira perspectiva revolucionária (mas isto é assunto para outro momento). O MPL e os demais coletivos que lutam pelo transporte no Brasil são parte deste movimento mundial de ascensão das lutas. Inclusive as práticas, concepções políticas e teóricas, formas de luta, organização etc. apresentam certa semelhança em várias partes do mundo (a tática do protesto convocada virtualmente, o apartidarismo das organizações, a prática de quebra de bancos e demais símbolos do capitalismo etc.) são todas características que estão presentes em atos convocados pelo MPL e que são observadas também em organizações em outras partes do mundo.

Sobre estas organizações de luta pelo transporte, pontuo aqui três elementos que se conectam: a) o papel ativo da juventude nas lutas sociais; b) a forma de organização e atuação; c) papel aglutinador da juventude organizada por meio de pautas e demandas mais amplas que demandas estudantis e juvenis.

Definir juventude não é nosso propósito aqui. Tomemo-la como sendo um grupo social típico da sociedade capitalista. Este grupo social, de caráter policlassista assume importante papel nos rumos das lutas políticas no Brasil contemporâneo⁹. Encarcerados nas salas de aulas em escolas e universidades, este grupo social vem assumindo a hegemonia como grupo organizado em importantes esferas de lutas. *Os estudantes (e isto é o mais interessante nas lutas atuais) vem em constante esforço em levar suas demandas para além dos limites de suas pautas limitadas de estudantes.* O MPL, em sua origem, coloca a questão do passe livre estudantil como principal pauta de luta, mas sem desconsiderar a necessidade de ir na raiz dos problemas relativos ao transporte e portanto, de atacar as empresas e o estado. Recentemente, vem lançando a bandeira do

⁹ Para uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de juventude, cf.: Viana (2004).

que chama de “Tarifa Zero”, levando a pauta do passe livre estudantil para além de si mesma, ou seja, defendendo a universalização do passe livre¹⁰. *A juventude converteu-se nos últimos anos no setor mais radicalizado das lutas sociais no Brasil. As organizações que cria, as lutas que empreende, as ideias que elabora etc. são a ponta de lança das lutas sociais no Brasil.* Há muito o que avançar, mas a tentativa de converter, por exemplo, um movimento com pautas exclusivamente estudantis em um movimento que abarque outros setores (menos organizados) da sociedade demonstra este avanço de compreensão, organização e mobilização da juventude. Não estou, com isto, afirmando que tais coletivos são compostos exclusivamente por jovens estudantes. Isto não corresponde à verdade. Contudo, numericamente são hegemonia em tais organizações. As ruas de junho borbulharam de juventude.

O segundo ponto a ser destacado é a forma de organização e as táticas de luta. Já mencionamos rapidamente isto, mas é necessário aprofundar um pouco mais. Os princípios de apartidarismo, autonomia, independência, combatividade, ação direta, horizontalidade etc. norteiam os coletivos do MPL e outras organizações que estiveram envolvidas com as lutas pelo transporte na última década. As velhas organizações tradicionais (partidos, sindicatos), as concepções vanguardistas (leninistas, sindicalistas etc.) não tem mais a ressonância que tinham antes. Pelo contrário, são muitas vezes combatidas, tanto no campo dos debates, quanto no campo das lutas concretas. São velhas organizações e velhas e bolorentas ideologias que tentam ainda ter um lugar nas lutas progressistas. Estão, contudo, em maus lençóis, pois suas velhas ideias e suas ultrapassadas práticas já não tem mais lugar. Em Goiânia, por exemplo, uma organização maoísta (MEPR), em uma das reuniões da Frente de Lutas pelo Transporte (Coletivo que empreendeu as lutas em Goiânia), tentou fazer prevalecer seu método de organização (centralismo democrático) e foi unanimemente rechaçada. O que há de novo em tudo isto, é que as velhas institucionalidades estão, na prática, sendo superadas. As críticas teóricas ao vanguardismo são antigas, mas esta velha ideologia teima em continuar existindo. Toda vez que há uma ascensão das lutas dos trabalhadores, as concepções,

¹⁰ Para mais informações, cf.: <http://saopaulo.mpl.org.br/tarifa-zero/>. Cf. também Pechanski (2013).

instituições e ideologias típicas do bolchevismo e subprodutos (trotskismo, stalinismo, maoísmo etc.) são superadas. É justamente isto o que vem ocorrendo. O bolchevismo só tem lugar quando as classes trabalhadoras ou os setores mais radicais (como a juventude agora) não estão em movimento. Quando estes setores acordam, a primeira tarefa é derrubar o inimigo mais próximo, que se passa como amigo (o vanguardismo). É isto o que está acontecendo nas lutas contemporâneas no Brasil. Um último ponto a ser considerado sobre a questão da organização é o fato de serem irrecuperáveis pelo estado e suas institucionalidades cooptadoras. Basta ver o desespero da polícia, da mídia corporativa, do estado etc. em encontrar líderes para as manifestações. Como não encontram, pois não existem, inventam: veja o caso dos estudantes presos em Goiânia (operação 2,80), no Rio de Janeiro (caso Hideki) etc.

O último elemento a ser considerado é o papel que cumpre a juventude organizada em aglutinar outros setores da sociedade. Este é um ponto a ser considerado com bastante clareza, pois é justamente o calcanhar de Aquiles destas organizações. Em sua grande maioria, por serem majoritariamente estudantes, estes coletivos não estão nos locais de trabalho, tem, portanto, muita dificuldade em mobilizar trabalhadores para agirem como membros da classe trabalhadora. Por exemplo, nas Jornadas de Junho, a classe operária não entrou como classe operária durante os protestos. Se o tivesse feito, as proporções e ações seriam ainda mais difíceis de serem recuperadas pelo estado, pela mídia, pela política parlamentar etc. (voltarei a isto no último tópico de nossa reflexão). As pautas colocadas por estes coletivos (redução da tarifa, tarifa zero, passe livre estudantil etc.) é aglutinadora por si mesma, pois toca em problemas diretamente pertinentes às classes trabalhadoras (usuárias do transporte). Aqui também é importante citar, como elemento explicativo das Jornadas de Junho de 2013, os Comitês Populares da Copa, que tiveram destacado papel junto às comunidades violentamente expulsas de seus lares. As pautas colocadas pelos coletivos tem papel aglutinador, mas isto não implica que conseguirão aglutinar mais trabalhadores com estas bandeiras. Fica aqui a colocação de uma questão que somente o processo histórico dará bom termo. Em junho de 2013, “o processo histórico” deu prova do que pode acontecer. Em 2014 assistimos a

atuação militante dos coletivos sem grande poder de aglutinação. A história decidirá que caminho tomará esta encruzilhada.

O desenrolar dos acontecimentos I: o papel da mídia corporativa

Como aludimos, as manifestações pelo Brasil não começam em junho. Em algumas cidades, já havia protestos desde o mês de abril. Em São Paulo, começam os protestos no dia 06 de junho. No Rio de Janeiro, no dia 10 de junho. Em São Paulo ocorre uma escalada das manifestações e no ato do dia 13, ocorre uma brutal repressão da polícia, onde manifestantes, transeuntes, jornalistas todo mundo sem exceção foi violentamente atacado pelos efetivos policiais. Até o dia 13, a postura da grande imprensa era sempre a mesma: atacar *in tottum* os manifestantes.

Neste ato do dia 13, que contou com milhares de manifestantes e os atos contando com cada vez maior adesão da população, a mídia corporativa seguia com sua cantilena de acusar os manifestantes de “vândalos”, “baderneiros”, de atrapalharem o trânsito etc. O “grande” apresentador José Luiz Datena faz uma enquete para avaliar a opinião de seu público. Formula a seguinte pergunta: “você é a favor deste tipo de protesto?”. Após alguns minutos, quando a proporção de pessoas favoráveis era muito maior do que as pessoas contrárias, meio assustado diante da situação e gaguejando, Datena diz: “acho que o povo não entendeu a pergunta. Vou formular de novo”. Completamente desconcertado diante do resultado, para ele totalmente inesperado, ele formula a nova pergunta, pouco depois de dizer que era contra protestos com “baderna”. Formula a nova pergunta: “você é a favor de protesto com baderna?”. Novamente, após alguns minutos, a enquete demonstra que realmente a população era a favor daquele tipo de manifestação. Sem ter como remediar o problema, ele diz: “tira isto daqui”, referindo-se aos números da enquete que ainda estavam disponíveis na tela¹¹.

No dia 06/06/2013, primeiro ato em São Paulo, Arnaldo Jabor, outro grande bufão que passa por importante cronista, afirma em um de seus comentários no Jornal Nacional

¹¹ Uma boa risada pode ser dada assistindo a este vídeo no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=e0PzlvxzTtM>, acesso em 26/08/2014.

que os protestos eram o produto de uma “classe média”, que não tinha objetivo político algum, a não ser “odiar a cidade”. Os protestos não tinham razão de ser, pois quem estava protestando era a classe média que não anda de transporte coletivo e, portanto, os vinte centavos de aumento não fariam qualquer diferença para eles. Tratava-se de um bando de rebeldes sem causa, que viviam nas barbas de um “comunismo dos anos 1950”. Eram, pois, um bando de desocupados e rebeldes sem causa vindos da classe média para atormentar a cidade¹².

No dia 16/06/2013, em outro comentário, emite nosso bufão a seguinte opinião: “À primeira vista, este movimento parecia uma provocação inútil, que muitos criticaram erradamente, inclusive eu...”. Continua: “Só há dois perigos: a tentação da violência e o vazio”¹³. Aqui já se começa a delinear o tom da mídia corporativa no restante de toda a Jornada de Junho: a separação entre “vândalos” e “pacíficos”.

Os protestos, como dissemos, iniciaram-se ainda no mês de abril, intensificando-se em maio e explodindo em junho. Até o protesto do dia 13 de junho em São Paulo, as manifestações eram volumosas, mas nada que se compare ao que ocorreria dias depois. No dia 13 de junho, a repressão da polícia aos manifestantes foi algo completamente desproporcional, na verdade, nada muito diferente do que já vinha acontecendo em outros lugares. Esta, contudo, contou também com a repressão completamente desproporcional dos próprios jornalistas que cobriam os acontecimentos. Muito já se disse sobre isto e de fato, considero que tenha certa validade, a brutal repressão e a cobertura sensacionalista deste evento criou um certo clima de comoção social. Após o dia 13, as manifestações começam a adquirir o caráter massivo que caracterizou as Jornadas de Junho.

Até então, as pautas colocadas pelos manifestantes eram concretas, limitadas a questões pontuais: não aumento da tarifa, passe livre estudantil, contra remoção de comunidades por conta das obras da Copa etc. Após o dia 13 e no prosseguimento dos

¹² O vídeo se encontra no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=tNqmpgMvdSc>, acesso em 27/08/2014.

¹³ Para assistir ao vídeo, acesse o link: <https://www.youtube.com/watch?v=yKpxMJxfrsg>, acesso em 27/08/2014.

acontecimentos, a adesão cada vez mais incontrolável de pessoas aos protestos, fez com que a mídia corporativa assumisse outra estratégia para lidar com tudo o que estava acontecendo. Inicialmente, negando e criticando o conjunto das manifestações e dos manifestantes. Não havia, até os dias subsequentes a 13 de junho a separação entre “vândalos” e “pacíficos”. A partir do dia 17 de junho, momento a partir do qual os protestos já eram algo incomensurável, sendo os maiores em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto alegre.

Aqui, a mídia corporativa assume papel importante dentro dos acontecimentos, não como mero meio de comunicação, mas como agente político, como setor que disputa os rumos do movimento. Ao invés de usar a velha ladainha de que os protestos atrapalham o trânsito, prejudicam a população etc., o discurso passa a ser outro e, infelizmente, foi bem eficaz. A primeira grande sacada foi dividir os manifestantes em “vândalos”, “baderneiros” e “pacíficos”. De uma hora para outra, os organismos de comunicação passaram a ser favoráveis aos protestos, mas desde que depurados dos “baderneiros”. Isto cumpriu importante papel durante os atos, principalmente no ato unificado nacionalmente do dia 20 de junho¹⁴. Este, um dos maiores, que reuniu milhões de pessoas em todas as grandes cidades e mesmo cidades médias e pequenas do país, foi um protesto numericamente exuberante, mas que veio bastante hegemonizado pelo discurso midiático. Foi justamente após a “mudança” de opinião da imprensa, que começou, por exemplo, o ato de se abaixar toda vez que havia algum rumor de que estivesse ocorrendo alguma depredação. Este ato de se abaixar, tornava a ação da polícia mais fácil no processo de repressão dos “vândalos”.

Outro ponto que a mídia corporativa foi vitoriosa na condução do discurso sobre os protestos foi a inserção de elementos cívicos: bandeira do Brasil, hino nacional, amor à pátria etc. Este ponto gera certa confusão, pois a partir daí, vários “intelectuais”, militantes etc. começaram a dizer que os protestos eram coisa realmente de “classe média”, que não tinham “povo” etc. Os elementos cívicos não tornam os manifestantes

¹⁴ Este ato ficou conhecido como a “revolta dos coxinhas”, em referência aos manifestantes que se comportam civicamente nos protestos, bem como defendem bandeiras e pautas genéricas, se aliam à grande imprensa e defendem a ação da polícia contra os “vândalos”.

“classe média”. Ao contrário, demonstram que a radicalidade dos mesmos estava ameaçada. As ideias realmente, quando na cabeça das massas, se transformam elas também em força material. Marx estava completamente correto quando afirmou isto. Contudo, em junho de 2013, as ideias que a mídia fazia questão de divulgar, disseminar, reforçar, eram as de civismo, justamente por que o civismo permite a ocultação do caráter de classe das lutas. E estas ideias tiveram força na condução do movimento.

Mas um terceiro elemento ainda pode ser considerado como vitorioso na atuação da mídia corporativa durante os protestos: a migração das pautas de luta de demandas concretas para coisas mais desfocadas: saúde, educação, segurança, corrupção etc. Estas pautas, na verdade, colocadas de modo genérico foram algo espontâneo, que a população nas ruas trouxe. Se antes, as pautas eram: transporte e impactos da Copa, agora, se diluem em demandas reais, colocadas de modo genérico pela população. A mídia corporativa foi bastante eficaz em conduzir estas pautas para este nível genérico¹⁵.

A questão da corrupção também foi uma demanda que surgiu nas ruas e foi catalisada pelo discurso midiático. A imprensa, na verdade, vem a décadas denunciando os escândalos de corrupção. A crítica à corrupção, cotidianamente presente nos pasquins brasileiros, desdobrou-se nas ruas também como gritos genéricos contra a corrupção. Este grito genérico, também, acabou por converter-se como uma negação da política parlamentar, dos políticos profissionais, dos partidos políticos etc. (aqui a população já estava indo longe de mais, veremos isto logo à frente).

Hoje, em 2014, um ano após as Jornadas de Junho, olhando para tudo aquilo que estava ocorrendo, podemos dizer que os barões da comunicação foram inteligentes e astutos no trato das manifestações. Eles são capazes de rever questões pontuais de seus discursos retrógrados para reafirmar pontos de vista aparentemente progressistas, quando, na verdade, estão recolocando sua ladainha em novo patamar. Devemos estar

¹⁵ Em artigo escrito por nós ainda no calor dos protestos, publicado na Revista Enfrentamento, apresentamos a discussão de que o problema não foi a dispersão de pautas, como muitos colocam, mas sim a incapacidade dos manifestantes de converter esta pauta dispersa em várias demandas concretas, articuladas em locais de trabalho, moradia etc. Uma discussão mais pormenorizada sobre isto, pode ser encontrada em (MAIA, 2013).

atentos quanto a isto. Os barões da comunicação podem ser gordos preguiçosos e acomodados, mas não são nenhum pouco desatentos para o que está acontecendo. E, para defender seus interesses de classe, são capazes das mais ardilosas artimanhas. Foi assim que conseguiram retirar a potência contestadora de grande parte dos manifestantes.

O papel das demais mídias também é bem conhecido: facebook, tweeter, mídia NINJA etc. tornavam possível a produção e circulação de informações muito mais fidedignas do que aquilo que era veiculado pela imprensa corporativa. Infelizmente, estas mídias ainda não tem o poder que a TV, o jornal impresso, o rádio ainda tem. Contudo, é notável o papel que estas novas mídias tem, não só para informar, mas para mobilizar também. Este é um perigo que as classes dominantes tem que correr hoje em dia. A internet não foi criada para contestação, mas, felizmente, está sendo usada para isto.

Agora, justiça seja feita. A imprensa teve sim este papel nefasto para as lutas que começavam a desabrochar em 2013. Contudo, como destacarei de modo mais aprofundado no último tópico, a grande derrota ou paralisia do movimento não se deveu ao papel desmobilizador dos meios de comunicação. Estes tiveram seu lugar. A determinação fundamental, contudo, para explicar, inclusive este papel da mídia corporativa, foi a incapacidade do movimento de ir para além de si mesmo. Foi a incapacidade da população de desdobrar os protestos em organizações variadas, perenes, autônomas etc. Voltarei a isto mais à frente.

O desenrolar dos acontecimentos II: o ataque aos partidos políticos de “esquerda”¹⁶

¹⁶ Utilizo aqui a expressão “esquerda” entre aspas para destacar que se trata de termo bastante vago e coloca num mesmo campo ou espectro político diferentes perspectivas de classe. Prefiro as distinções feitas por Viana (2003a) que distingue as variações no espectro político não a partir da frouxa afirmação de esquerda, direita e centro. Sua proposta para analisar as variações presentes nos partidos políticos parte da ideia de que os partidos podem ser classificados segundo critérios mais rigorosos e que expressam de fato suas perspectivas ideológicas, suas práticas políticas e perspectivas de classe. Para ele, os partidos podem ser divididos entre: a) partidos burgueses; b) partidos socialdemocratas; c) partidos bolcheviques; d) partidos pequenos. Não irei aqui fazer a discussão acerca das diferenças entre todos eles, para tanto, cf. a obra citada.

Os protestos do dia 17 de junho em diante, mas sobretudo após o do dia 20 foram marcados por dois grandes elementos: 1) a colocação de pautas genéricas, como já destaquei e a ascensão do discurso cívico, expresso na estética dos manifestantes: roupa branca, balões verde e amarelo, cantoria do hino nacional etc. 2) ataques aos partidos políticos de “esquerda”.

Este segundo ponto merece uma discussão em separado, justamente por que tomou a cena dos debates políticos, principalmente na assim autoproclamada esquerda. O que significa, de fato, estes ataques? As principais organizações, motivadoras dos protestos, são coletivos autointitulados apartidários. Os partidos, sobretudo bolcheviques (PSTU, PCO, PCB), participaram desde o início das manifestações em algumas cidades. Pelo fato dos coletivos que estavam à frente dos protestos serem apartidários e não antipartidários tal participação era garantida, mas isto não implica que não fosse eivada de desconfianças e conflitos permanentes de perspectivas, de práticas etc. no interior de tais coletivos.

Quando os protestos saíram completamente da hegemonia dos coletivos que iniciaram as lutas e se tornaram massivos, ou seja, quando a população aderiu às manifestações, começaram também os ataques aos partidos de esquerda. Vários foram os intelectuais, partidos políticos, grupos de esquerda etc. que começaram a chamar isto de “fascismo”. Algo que se tornou recorrente durante os protestos na segunda quinzena de junho foi o impedimento dos partidos em erguer suas bandeiras. Relatos de agressões físicas a membros de partidos políticos identificados com camisetas, bandeiras etc. destas organizações estão espalhados aos montes. Soma-se a isto um outro problema que é a presença de grupos neonazistas (pequenos, diga-se de passagem), mas que com sua violência e irracionalidade conseguem gerar vários transtornos, agredindo os manifestante identificados como membros de partidos (sobretudo bolcheviques).

O primeiro problema que surge desta questão é a atribuição e generalização derivada de que a crítica aos partidos políticos de “esquerda” é fascismo. O uso do termo fascismo deixou, durante as lutas de junho, de ser a expressão de um processo concreto, para se tornar uma adjetivação. Criticou, atacou os partidos etc. já o classificaria como fascista, tomado como termo pejorativo e não conceito explicativo de uma da realidade.

Tornou-se um xingamento. Longe de mim defender qualquer coisa que se aproxime do fascismo. Só quero destacar que devemos tomá-lo pelo que ele é. Para que efetivamente o uso do termo deixe ser uma mera retórica em defesa dos partidos de “esquerda” (bolcheviques e socialdemocratas) e se torne efetivamente um conceito que expresse um processo real, concreto.

Não podemos definir o fascismo com base em partes isoladas. Ele é um todo e deve ser tomado como esta totalidade. Se a irracionalidade (e a violência que geralmente se deriva daí) são características do fascismo, este não pode ser definido tendo como base estes elementos, pois transcende a isto. A violência está presente no fascismo e é parte daquilo que o define. Mas nem todo ato de violência é fascismo. Este pressupõe um conjunto de outras práticas, instituições, ideologias.

Otto Rühle, em 1939, auge do fascismo na Europa, publica um texto que apresenta a tese de que o bolchevismo (de Lênin a Stálin) deve ser colocado no rol de ideologias e práticas fascistas. O texto é polêmico. O que me interessa, contudo, da discussão que ele faz, é a definição do que caracterizaria o fascismo e estes elementos, segundo argumenta, estão presentes no bolchevismo¹⁷.

Rühle, após citar as características do “movimento bolchevique”, afirma:

Estes nove pontos demonstram uma oposição irreconciliável entre o bolchevismo e o socialismo. Eles ilustram, com toda a clareza necessária, o carácter burguês do movimento bolchevique e o seu parentesco próximo com o fascismo. *Nacionalismo, autoritarismo, centralismo, direcção do chefe, política do poder, reino do terror, dinâmicas mecanicistas, incapacidade de socializar* - todos esses traços fundamentais do fascismo existiam e existem no bolchevismo. O fascismo não passa de uma simples cópia do bolchevismo. Por esta razão, a luta contra o fascismo deve começar pela luta contra o bolchevismo (RÜHLE, 2014) (grifos meus).

Sem entrar no mérito das críticas ao bolchevismo aqui, é necessário destacar os pontos definidores do fascismo: nacionalismo, autoritarismo, centralismo, direcção do chefe, política do poder, reino do terror, dinâmicas mecanicistas, incapacidade de

¹⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre a relação entre bolchevismo e comunismo de conselhos (corrente política e teórica da qual Rühle é um dos principais representantes), cf. nosso trabalho Comunismo de Conselhos e Autogestão Social (MAIA, 2011).

socializar. Estes pontos, partes instituintes do fascismo formam um todo institucional e ideológico que definem uma prática determinada, inserida dentro das instituições e reproduzidas por elas. Assim, não podemos caracterizar, em hipótese alguma, os brados cívicos e os ataques aos partidos políticos como sendo fascismo. Parte destes elementos estão contidos no fascismo, também no liberalismo, mas fascismo e liberalismo são mais do que isto.

Para entender melhor o significado daquilo tudo, é urgente romper com a mera adjetivação “fascista”. Deixemos o uso do termo para ser empregado de modo adequado e quando realmente estivermos fazendo referência à institucionalidade e práticas que este necessita (o partido, o estado, o poder, o terror etc.). Há, portanto, um erro, que não é, todavia, desvinculado de determinados interesses, por parte dos intelectuais de esquerda e partidos bolcheviques e socialdemocratas em qualificar aquilo de fascismo. Abandonemos esta expressão e mergulhemos nas determinações que explicam aqueles acontecimentos.

Primeiro imbróglio a ser descortinado: as agressões não foram cometidas somente por grupos neonazistas. Estes tiveram seu lugar e de fato, em várias cidades, provocaram tumulto e fizeram o que sabem fazer de melhor: ofender, agredir, tornar público a irracionalidade de suas ideias e de suas práticas. Estes grupos e estas ideias devem ser duramente combatidos. Estes grupelhos, contudo, não tem a força, a organização e a dimensão que andam por aí emprestando a eles. Estão sendo supervalorizados demais. Devemos estar alertas quanto a eles, mas devemos, sobretudo, reconhecer seu papel político hoje em dia: zero à esquerda, ou melhor, à direita. Prova disto foi a Marcha Pela Família com Deus, que grupos conservadores do país organizaram em várias cidades brasileiras, sendo em sua maioria um fiasco total, não conseguindo aglutinar em vários lugares nem uma dezena de pessoas, sendo a única expressiva, a de São Paulo, que chegou a reunir em torno de 1000 pessoas¹⁸.

A existência dos grupos neonazistas e as ações que estes desempenharam durante as manifestações só nos servem de alerta que a tendência ao fascismo existe e

¹⁸ Para mais informações, cf. (SANTIAGO & PINHO, 2014).

disputa os rumos da história. Não tem a força, que já tiveram em outros momentos, mas são uma potencialidade histórica. O ataque dos neonazistas aos partidos políticos bolcheviques e socialdemocratas é parte de um projeto político, ainda hoje no Brasil algo distante para eles de conquista do poder de estado etc. Isto não se passa com o conjunto de ataques que foram denunciados durante as Jornadas de Junho.

O ataque da população aos partidos políticos, em sua grande maioria sem formação política consolidada, sem experiência e prática de participação em organizações políticas etc., seja violentamente, seja simplesmente impedindo que estes erguessem suas bandeiras, é outro processo. Por que faço esta distinção? As motivações são outras. Os neonazistas tem um plano, ainda que irrealizável a curto prazo, de tomada do poder de estado (uma das bandeiras da Marcha da Família, por exemplo, era o retorno dos militares ao poder). A população, quando ataca (violentamente ou não) os partidos, está, via de regra, rejeitando os partidos políticos em geral, os políticos profissionais, a política parlamentar como vem sendo feita desde a promulgação da constituição de 1988. Há que se reconhecer que as Jornadas de Junho, em seu modo difuso de acontecer, foi uma rejeição à democracia parlamentar. O grande problema é que não surgiu nada no bojo das lutas que visasse transpor as instituições políticas existentes. Os protestos não conseguiram sair do nível do protesto, da negação. Negaram tudo e não afirmaram nada (exceto, claro, as propostas dos coletivos organizados em torno da questão dos transportes e dos impactos da Copa do Mundo).

A rejeição, portanto, aos partidos políticos foi uma recusa primitiva da política parlamentar. Foi o primeiro momento de contestação. Foi o grito de “não” aos partidos, “não” aos políticos profissionais. Isto foi feito de modo agressivo, expressão primitiva da contestação. Isto foi feito de modo espontâneo. Esta recusa da política parlamentar não foi, contudo, acompanhada de outra política que afirmasse outras práticas, outras organizações etc. Daí a afirmar que se tratava de fascismo é mera retórica, pois, de fato, foi muito além deste. Os neonazistas/fascistas tiveram seu lugar, mas a recusa geral da população foi muito mais do que eles, foi muito além deles. A análise teórica do processo nos demonstra isto. Paremos, pois, de repetir *ad infinitum* os discursos das esquerdas burocráticas que somente adjetivam toda esta recusa como fascismo.

O desenrolar dos acontecimentos III: a questão da “violência”

Este foi um tema que percorreu toda a Jornada de Junho e teve desdobramentos vários e na verdade ainda hoje povoa o imaginário e as análises que tocam nos acontecimentos daquele momento. Por isto, é necessário que se faça uma apreciação crítica do que comumente se diz a respeito deste aspecto das Jornadas. O que é, pois, violência? Esta é uma palavra usada indiscriminadamente e sem o menor rigor, principalmente quando o debate é o uso da violência em atos com caráter político.

Viana (2004) considera

(...) a violência como um fenômeno social caracterizado pela imposição – pela força física ou por qualquer outra forma de se constranger outro a aceitar algo indesejável ou prejudicial ao desenvolvimento natural do indivíduo/grupo social (...). Desta forma, a violência é uma relação social de imposição e não se confunde apenas com a violência física ou com a criminalidade, abrangendo, portanto, um conjunto de fenômenos que vão além destes (VIANA, 2004, p. 29).

Esta definição geral do fenômeno da violência nos serve como ponto de partida para o entendimento do problema da violência dentro dos acontecimentos das Jornadas de Junho. A violência é uma relação social de imposição de um indivíduo/grupo/classe social a outro indivíduo/grupo/classe social. Esta relação de imposição manifesta-se nas mais diversas formas: violência urbana, criminal, simbólica, educacional, política, juvenil etc. Naturalmente que não analisarei estas formas aqui. Fugiria completamente aos objetivos que me acometem agora.

Como entender, pois, os acontecimentos de Junho de 2013 à luz desta definição? Em primeiro lugar, há que se reconhecer dois tipos de violência: uma violência primária, originária, marcada por um conjunto de imposições, fundadas em relações de poder, e uma violência secundária, reativa, resultante, consequência da primeira.

As Jornadas de Junho, como destacamos, iniciam-se como uma ampla reação, revolta de setores mais ou menos organizados contra o sistema de transporte coletivo. Tratou-se, pois, de uma reação a um processo cotidiano, institucionalizado de violência imposta pelo Estado e empresas capitalistas operadoras do sistema ao conjunto da população usuária do transporte. Esta violência cotidiana, originária é a causa dos processos de reação. Um indivíduo, grupo ou classe social suporta até certos limites um *quantum* de violência, ou seja, de imposição. Quando tal limite explode, surgem atos de

contestação, que, quando envolvem grupos e classes sociais explodem em movimentos políticos. As Jornadas de Junho são uma resposta à violência cotidiana e de fato significou um conjunto de imposições às classes dominantes: foram obrigadas a reduzir o valor das tarifas, votarem leis no parlamento que teriam outro resultado caso não tivessem ocorrido as Jornadas, ceder perante a pressão das pessoas nas ruas etc.

A violência está, pois, na raiz das Jornadas de Junho. Não existiriam se as empresas e o estado não violentassem cotidianamente a população. Catraca, tarifa, atrasos, superlotação, frota sucateada etc. são as imposições que as classes dominantes enfiam goela abaixo nas classes exploradas usuárias do transporte. Depreende-se daí que sim, as Jornadas são violentas, mas antes de tudo, uma violência reativa à violência imposta pelas classes dominantes. O que deve, na verdade, ser questionado em princípio, não são os atos violentos encenados nas ruas de todo o Brasil durante o mês de Junho, mas sim, a violência fundamental que gerou tudo isto. *A consigna gritada em todas as manifestações, pichadas nos muros e desenhadas em faixas é verdadeira: “violento é o estado”*. Poderia-se acrescentar: violento é o estado, a burguesia, os partidos políticos, os sindicatos, enfim, todos os indivíduos, classes sociais e instituições comprometidas com a ordem social estabelecida.

Diretamente vinculado ao debate em torno da violência dentro das Jornadas de Junho, a primeira referência que é feita, principalmente pelos espíritos menos críticos e fundamentalmente pela mídia corporativa e intelectuais conservadores, são os Black Blocs. As Jornadas de Junho tornaram os Black Blocs famosos no Brasil. Em Europa, Canadá e Estados Unidos, a referência nos meios de comunicação a este fenômeno dentro das manifestações ganhou notoriedade desde os famosos dias de Ação Global dos Povos, os “movimentos antiglobalização” etc. já no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Black Bloc faz parte das manifestações nestes países a bastante tempo e já existe uma extensa bibliografia sobre sua atuação nestes protestos, bem como os apoios e críticas que recebem por seu modo específico de operar nas manifestações.¹⁹

¹⁹ Uma leitura panorâmica deste fenômeno na América do Norte e Europa pode ser encontrada em Dupuis-Déri (2014).

A assim chamada tática Black Bloc atuou em quase todas as manifestações nos grandes centros do Brasil. Aqui no Brasil, como de resto em todo lugar onde se emprega a prática Black Bloc desde início dos anos 2000, o mesmo fenômeno aconteceu: a divisão dos manifestantes entre “pacíficos” e “vândalos”. Já discutimos isto em momento anterior, resta aqui só destacar o papel do Black Bloc nisto. Em todos os textos divulgados por indivíduos que adotam a postura Black Bloc sempre se repete a mesma tese: não somos um grupo, um coletivo, somos uma tática. Esta é a maneira segundo a qual todos os que se definem com tal, bem como os analistas que se dedicam a compreender o fenômeno afirmam.

Dizer que o Black Bloc não é um grupo, uma organização não me parece totalmente correto. Da mesma forma que defini-lo como sendo uma tática também não me parece totalmente acertada. De fato, o Black Bloc não é uma organização formal, com estatutos, manifesto etc. publicizados. Mesmo assim, onde quer que se forme um Black Bloc, um mesmo *modus operandi* se estabelece, uma mesma estética e prática de ação se afirmam, um conjunto de princípios: horizontalidade, decisão coletiva, não existência de líderes etc. se configura. Assim, de fato, o Black Bloc não é uma organização formal. Trata-se de uma organização informal, com caráter intermitente, mas mais ou menos consolidada a partir de determinados princípios e formas de atuação.

O outro ponto que se relaciona diretamente com este é a tese de que o Black Bloc é uma tática. Ou seja, afirmam seus adeptos e analistas: o Black Bloc não é uma organização, mas sim uma tática. Esta ideia me parece uma meia verdade. No discurso militar (de onde a expressão tática é emprestada) é sempre parte de algo maior e mais amplo, ou seja, uma estratégia. No léxico militar, portanto, tática só tem sentido se estiver inserida dentro de um outro quadro maior de referência que é a estratégia. Neste sentido, haveria lugar para uma tática Black Bloc, se houvesse uma estratégia Black Bloc. Ao que me consta, esta não existe. O estudo de Dupuis-Déri (2014) é bastante ilustrativo disto. O Black Bloc como coletivo se afirma e se esvai no próprio protesto. Ele se forma na manifestação (algumas horas ou dias antes, depende muito do momento, da cidade onde irá ocorrer etc.) e assim que o protesto se finda, o Black Bloc também é finalizado enquanto coletivo. Assim, o uso da expressão tática para a prática Black Bloc me parece bem inapropriada, pois ele não vai além de si mesmo.

Poderíamos dizer que existe efetivamente uma prática Black Bloc. Esta prática, esta ação é o que define e é o que funda o Bloco Negro. Em que consiste esta prática? Como afirma Dupuis-Déri (2014), o Bloco Negro é uma espécie de estética. Sua estética é, contudo, fundada em princípios organizativos e objetivos políticos mais ou menos colocados. Trata-se de uma estética, não por que a forma seja o fundamental, mas sim, por que o conteúdo que visa expressar determina a forma de organização, ação e posturas.

Esta prática, esta ação Black Bloc, fundada em determinados *modos operandi* definem o grupo. Duas formas de ação podem ser destacadas: a) enfrentamento com as forças policiais; b) depredação de símbolos do capitalismo e suas instituições. Este segundo ponto faz parte da “estética” Black Bloc. Como afirma Dupuis-Déri (2014), o Black Bloc faz de seu alvo, sua mensagem. “O alvo é a mensagem”. Um banco, uma concessionária de carros de luxo, um prédio de uma instituição estatal etc. Quebrar tais coisas, em hipótese alguma significa qualquer ameaça à relação-capital e os Black Blockers mais experientes e politicamente melhor consolidados sabem disto. O ato de depredar tais coisas é uma demonstração simbólica de que a causa do problema são eles, são estas instituições.

Quebrar uma vidraça, espatifar alguns carros de luxo, queimar uma prefeitura etc. podem ser considerados atos violentos? Em tese, eu diria que não, pois não são um processo de coação a nenhum indivíduo, grupo ou classe social. Trata-se de uma ação simbólica de rejeição do que existe, expressa em ações concretas de depredação de propriedade pública e privada.

Sua relação com as forças policiais devem ser tratadas de modo distinto, pois implica em agredir, avançar, “botar pra correr” determinado grupo social. Não tenho nenhum purismo neste ponto e muitas vezes, antes mesmo de serem atacados pelas forças policiais, o Black Bloc, se tiver condições, força, tamanho e relativa organização para “botar pra correr” com a polícia, mesmo antes de ser atacado por ela, ele o faz. Contudo, o comum é uma ação reativa e geralmente defensiva dos manifestantes (cujo Black Bloc é a fração mais aguerrida) contra a ação policial. Como demonstram vários que já se dedicaram a compreender o fenômeno, o Black Bloc surge no início dos anos de 1980 em Alemanha como uma estratégia para defender os manifestantes da

agressividade policial. Naturalmente que o Black Bloc da Alemanha de 1980 apresenta singularidades em relação ao Black Bloc do Movimento Antiglobalização do início dos anos 2000 em Estados Unidos, Europa e Canadá, bem como estes apresentam particularidades em relação ao Black Bloc das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Trata-se de um mesmo fenômeno, com continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças.

Um dos aspectos que marcaram a radicalidade e incontrolabilidade dos protestos de 2013 no Brasil tem na ação dos Black Blocs que se formaram nas principais cidades brasileiras sua principal marca. Não foi naturalmente o Black Bloc que empreendeu todos os atos de “vandalismo”²⁰. A população em geral, sem necessariamente se identificar com o Black Bloc atuou de modo contumaz nas ações que envolviam depredação. Esta postura foi se modificando ao longo do desenrolar dos acontecimentos e cada vez mais a postura imposta pela mídia corporativa foi se afirmando: a separação entre “pacíficos” e “vândalos”, entre “manifestantes” e “baderneiros”, entre “cidadãos” e “extremistas” etc.

Essa cisão, embora bastante cristalizada no discurso midiático e presente também no imaginário de quem não estava muito atento aos protestos, não era assim tão clara para quem estava ativamente participando das mobilizações ou mesmo somente participando das passeatas. Uma fala de uma senhora, no vídeo que circulou pela internet e redes sociais, demonstra que esta separação entre “pacíficos” e “vândalos” não é assim tão radical. Ela se definia como sendo “pacífica” e estava nas manifestações como “cidadã pacífica”. Após tomar vários tiros de balas de borracha, ela

²⁰ O uso das aspas não é mera retórica, é na verdade algo fundamental. Não podemos qualificar como sendo vandalismo os atos de depredação observados durante as Jornadas de Junho de 2013 e mesmo nos meses anteriores e momentos posteriores, quando as manifestações ainda tinham seu lugar nas cidades brasileiras. As depredações ocorridas a propriedades privadas, bem como a instituições estatais não são vandalismo, justamente por que tinham uma intenção política que a motivava. O ato vândalo, sem aspas, é na verdade uma atitude de depredação sem motivação explicitada, feita unicamente pelo prazer de depredar, pelo desrespeito à coisa pública e privada, pelo desejo de se inserir em determinado grupo, como ritual de iniciação etc. *Os ônibus queimados em junho de 2013, as concessionárias depredadas, os bancos esfaqueados etc. não são atos de vandalismo, são, pelo contrário, ações políticas mais ou menos orientadas, manifestadas em ações de depredação do patrimônio privado e estatal.*

declara que a violência policial não faz distinção entre um e outro e mais ainda, a violência vem da polícia e não dos manifestantes²¹.

Deste modo, para se compreender realmente o sentido do termo violência dentro das manifestações, principalmente no que toca à ação dos manifestantes e sobretudo da prática Black Bloc dentro dos protestos, há que se fazer esta distinção. A brutalidade contra o ser humano vem da instituição estatal expressa na prática policial. *A prática Black Bloc se configura geralmente como resistência à polícia (portanto em violência reativa) e em depredação de propriedade privada e patrimônio estatal (que não implica em atacar nenhum ser humano, logo, não é violência)*. Novamente, repito, a consigna das ruas é verdadeira: “violento é o estado”.

Limpando a cena, temos que: a violência Black Bloc é reativa: 1) é reação à violência cotidiana imposta pelo estado e pelas classes exploradoras; 2) é reação à brutalidade policial, mesmo quando o Black Bloc ataca a polícia primeiro, pois, mesmo atacando primeiro implica em fazer recuar uma instituição que se configura nos protestos como violenta. O Black Bloc não é vândalo, pois sua ação é politicamente orientada. O Black Bloc foi responsável pela radicalização dos protestos em várias cidades brasileiras. Violentas são, portanto, as empresas e o estado que impõem um transporte, uma educação, uma saúde precárias à população. Violento é o estado que reprime, espanca, violenta, assassina manifestantes e a população pobre das periferias com seu braço armado: a polícia etc.

Em interessante artigo, publicado no dia 16 de junho de 2013 no Portal Passa Palavra, nos afirma um militante das lutas pelo transporte de Goiânia:

Os poderes estabelecidos percebem como violência tudo aquilo que quebra a ordem vigente. A paralisação total das ruas por manifestantes é violência. Os congestionamentos, não. A resistência ativa dos manifestantes é violenta. A ação da polícia dificilmente é considerada assim, exceto quando ‘extrapola’, ou seja, não segue o protocolo. Pular a catraca é violência. Restringir o direito de ir e vir pela catraca, não.

²¹ O vídeo, onde este e outros depoimentos podem ser encontrados, está presente no documentário “Com Vandalismo”, uma paráfrase e ironia ao mote “sem vandalismo” que a grande imprensa e setores conservadores quiseram imprimir aos protestos, pode ser encontrado no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=evYx-vOVeO8>, acesso em 01/09/2014.

Quando pedem que os organizadores e os manifestantes sejam pacíficos, independentemente das circunstâncias, na verdade estão pedindo que eles se enquadrem. A questão não é violência ou pacifismo. A questão é: que tipo de movimento está a se manifestar? Um que ameaça à ordem ou um que reforça a mesma? (GROUXO MARXISTA, 2014)

Feita esta distinção, tenho que tocar em tema delicado quando o assunto é a prática Black Bloc nos dias atuais no Brasil. Os Black Blocs variam de cidade para cidade, mesmo tendo uma ação que os identifiquem como tais, há variações de tamanho, radicalidade, ligação dos indivíduos Black Bloquers com as lutas cotidianas etc. Terei que abstrair estas distinções para avaliar o significado geral desta organização informal para as lutas sociais. Três elementos devem ser ponderados: a) descolamento da ação Black Bloc das lutas cotidianas; b) relação da ação Black Bloc com o conjunto da população trabalhadora; c) a depredação e o enfrentamento com a polícia como fim em si mesmo.

Neste ponto, quero sinceramente me colocar totalmente à disposição para o diálogo. Trata-se de questões de difícil solução no plano da elaboração teórica, justamente por que elas não chegaram a bom termo no campo das ações concretas. A Teoria aqui tem o mérito de se colocar diante da prática e fazer com que esta reflita sobre si mesma para ir além do que já fez até então. A prática tem o mérito de colocar problemas que a teoria ainda nem tinha sequer cogitado. Portanto, não faço aqui qualquer oposição entre teoria (academia) e prática (manifestações etc.). Deixo isto para os academicistas da universidade e para os anti-intelectualistas das manifestações. Nosso ponto de partida e nossos objetivos são completamente outros. Trata-se, de fato, de colocar a teoria a serviço das lutas sociais, ou seja, uma “teoria militante”.

O primeiro ponto foi por mim observado após leitura de um artigo publicado no Portal Passa Palavra²² que aborda a prática (que é denominada no texto como tática) Black Bloc durante um protesto organizado pelo MPL-SP em junho de 2014 para comemorar um ano da vitória de junho de 2013. O artigo enfoca um certo tencionamento entre os organizadores do ato e um conjunto de indivíduos organizados como Black Bloc durante a manifestação. A crítica dos organizadores é que queriam fazer um ato simbólico, no sentido de demonstrar outras práticas (lúdicas etc.) e fugir do velho ciclo de

²² Este artigo, cujo título é: “Agora só faltam 3 reais... e um imenso desafio”, pode ser encontrado no seguinte link: <http://passapalavra.info/2014/06/97065>, acesso em 01/09/2014.

manifestações: protesto, vidraças quebradas, enfrentamento com a polícia, presos, processados, criminalização pela mídia corporativa etc. Contudo, na realização do ato, o ciclo se completou. O debate proposto é que os militantes Black Bloquers, descolados da luta cotidiana do coletivo que estava à frente da organização do ato, cria dificuldades de organização e atuação. Segundo argumenta o texto, não se trata de opor pacíficos e radicais, mas sim de experimentar novas táticas de protestos, às quais, ao que parece, os Black Bloquers não aceitam ou não entendem.

Deste primeiro ponto, um segundo se coloca: em que medida a ação Black Bloc contribui para um avanço da organização popular? Em que medida a repetição da mesma forma de prática (protesto, mais vidraças quebradas, mais enfrentamento com forças policiais etc.) amplia-se para além de si mesma e entra propriamente no debate sobre a mobilização popular? A leitura dos comentários no Portal Passa Palavra relativos ao texto citado acima demonstram uma perspectiva da prática Black Bloc, ou seja, daquele seguimento que se contenta em se manifestar nas ruas, sem nenhum comprometimento com o avanço das lutas para além dos protestos. Não estou afirmando que esta seja a única perspectiva Black Bloc, pois de fato não o é. Afirmo, contudo, que ela existe e disputa politicamente os espaços de atuação dentro dos protestos. Há, sei com toda certeza, militantes que aderem à prática Black Bloc dentro do protesto e no dia seguinte está nos coletivos tentando organizar a luta. Este é, pois, um debate em aberto pela própria prática histórica. A teoria não o dissolverá. Contudo, de um ponto de vista político engajado, a fração menos compromissada com a organização e prosseguimento do debate para além dos protestos é menos politizada ou apresenta uma politização que não contribui para o avanço das lutas para além das manifestações. Este ponto está em aberto e deve ser fraternalmente e honestamente realizado.

Este segundo ponto nos conduz ao terceiro: a ação Black Bloc tem um fim em si mesmo. Por mais que a grande maioria dos adeptos desta prática afirme o contrário: o objetivo é o fim do “sistema”, é a superação do capitalismo, é o fim do estado etc., a prática Black Bloc converteu-se em um fim em si mesmo. E isto deve ser debatido com todos os setores envolvidos com as lutas sociais. Não devemos considerar a prática Black Bloc pelo que geralmente se diz dela, mas sim pelo que ela é, pelo que pode ser observado da ação do Bloco Negro no último ano no Brasil.

O Black Bloc deve ir para além de si mesmo. E esta não é uma questão que será resolvida com elaborações teóricas sobre o problema, mas sim que a próprio desenvolvimento histórico das lutas sociais colocará para si mesmo. Ou seja, é o próprio movimento que tem que superar-se a si mesmo, para a partir daí superar suas limitações. Creio, contudo, que o autoesclarecimento dos indivíduos e dos grupos envolvidos com a prática Black Bloc pode fazer o movimento avançar mais rapidamente. Eis o debate do tópico seguinte.

As Jornadas de Junho e a luta revolucionária

Chegamos aqui, pois, ao ponto final de nossa trajetória. Refletir sobre algo tão recente é sempre temerário, pois as coisas ainda não se depuraram. Lembrando Karel Kosik (1995), ao discutir o método dialético, afirma que o próprio desenvolvimento histórico é importante em selecionar o que é fundamental, o que é relevante do que é secundário e acessório para a compreensão dos processos históricos e sociais. Um ano, contudo, após toda a movimentação de junho, já nos é suficiente para avaliar o alcance político daquilo tudo.

As Jornadas de Junho estiveram longe de ser uma revolução. Entretanto, paradoxalmente, estiveram também às margens de colocar a sociedade brasileira dentro de um processo revolucionário. Digo às margens, por que um conjunto de elementos, coadunados, colocaram em marcha um movimento de ascensão da luta popular que desde as manifestações operárias de finais da década de 1970 e início da década de 1980 não ocorriam no Brasil.

Um processo revolucionário, uma revolução é uma transformação global e radical no conjunto da vida social. Uma revolução não se define por mera mudança de governo (seja pela via parlamentar ou golpe de estado). No Brasil, por exemplo, é muito comum dentro da historiografia conservadora definir o golpe civil-militar de 1964 como sendo uma revolução. Óbvio é, para nós, que qualquer mudança de governo é tão somente transformações na esfera da política estatal. Um processo revolucionário é algo bem mais profundo. Uma mera mudança na forma de governo significa somente isto,

uma mera mudança na forma de governo. Tal mudança pode ter implicações sociais graves, como por exemplo, a ascensão do partido Nacional Socialista em Alemanha em 1933 ou o golpe civil-militar no Brasil em 1964, o golpe militar no Chile em 1973 etc. Não estou afirmando que tais mudanças no plano da política governamental não tenham significado, mas seja qual for tal significado, não é uma revolução.

Quando uma determinada sociedade entra num processo revolucionário, um conjunto de mudanças no plano das relações produção, formas de propriedade, relações políticas, cultura geral, sociabilidade etc. começam a entrar em marcha. As jornadas de junho estiveram longe de ser este conjunto de mudanças. O que, contudo, é mais emblemático, é que tais Jornadas não podiam ser previstas no mês de maio. Junho explodiu à revelia de qualquer previsão. A velha toupeira saiu do buraco. Contudo, como já demonstramos, as determinações que explicam podem ser reconstituídas pelo pensamento (processo que analisamos no início deste ensaio) e, portanto, serem explicadas teoricamente.

Jensen (2001), analisando a dinâmica do movimento operário, distingue três momentos pelos quais a luta se desenvolve: 1) lutas espontâneas; 2) lutas autônomas e 3) lutas autogestionárias. As lutas espontâneas são caracterizadas pela ação momentânea, espontânea, não discursiva, descontínua de determinado indivíduo ou grupo social. Isto quer dizer que as lutas espontâneas são cotidianas, são a manifestação diária do descontentamento com as relações estabelecidas. Estas lutas cotidianas, expressão de um nível incipiente ou mesmo a inexistência de qualquer organização compõem a cotidianidade das relações de produção, políticas, sociabilidade típicas do conjunto da sociedade capitalista. Ela pode ser observada no interior dos locais de produção (matar serviço sem motivo aparente, descontentamento com o trabalho etc.), pode ser observado nas outras esferas da sociedade, como nas manifestações espontâneas de usuários de transporte coletivo, que reagindo a um estado de degradação de sua mobilidade pelos centros urbanos podem explodir em depredações de ônibus, metrô, terminais rodoviários, fechamento de vias etc. Estas lutas, por serem parte da cotidianidade do capitalismo, embora demonstrem descontentamento com as relações estabelecidas, são facilmente integradas e superadas pelo poder constituído. Este

estágio, pois, da luta dos trabalhadores avança, em determinados momentos históricos para um momento posterior, marcado por maior radicalidade.

Este segundo estágio ou momento da luta operária é denominado por Jensen (2001) de lutas autônomas. Estas se caracterizam por uma maior radicalidade nas ações, mas, sobretudo, pelo modo como ocorrem, ou seja, por sua forma de organização e atuação. Quando os trabalhadores chegam a se organizar autonomamente, significa que já saíram do estágio espontâneo de descontentamento e mais ainda, já superaram suas burocracias dirigentes: partidárias e sindicais. Nas lutas autônomas, os trabalhadores já estão organizados em coletivos criados e controlados por eles mesmos. Nos locais de trabalho, tais organizações podem ser observadas nos comitês de greve, nas comissões de trabalhadores, nos piquetes etc. Em outras esferas da sociedade, podem ser observadas em associações de moradores (não controladas por partidos etc.), grêmios estudantis (não controlados por partidos), assembleias de bairro, coletivos autônomos de luta pelo transporte (Frente de Lutas pelo Transporte em Goiânia, Bloco de Lutas pelo Transporte em Porto Alegre, MPL em várias cidades do país) etc. Diferentemente das lutas espontâneas, as lutas autônomas se caracterizam por colocar reivindicações conscientemente e coletivamente. As lutas autônomas já ameaçam em certa medida a institucionalidade capitalista, pois apresenta determinadas formas de organização e ação direta que são difíceis de serem capituladas e cooptadas pelas instituições estabelecidas. Contudo, mesmo sendo mais difíceis de serem absorvidas, as lutas autônomas, se não avançam para um terceiro estágio, acabam por capitular. Assim, se o que importa é moradia, lutemos por moradia. Se o que urge é o transporte, lutemos por transporte. Se o que aperta é salário, lutemos por salário e assim por diante. As lutas autônomas, se ficam gravadas neste estágio e não progridem, tendem, à medida que se atendam as reivindicações, a regredir, refluir ou mesmo desaparecer completamente.

Para que as lutas autônomas avancem e se radicalizem mais, torna-se necessário ir além de si mesmas. Sair do nível da negação e da reivindicação e avançar para patamares cada vez mais irrecuperáveis pelas instituições burguesas é condição para que as lutas autônomas não se dissolvam. Quando os trabalhadores em luta colocam condições cada vez mais avançadas, quando, além de agirem autonomamente negando a

institucionalidade capitalista, afirmam também a necessidade de organizarem o conjunto da vida sob outros moldes, colocando no horizonte, de maneira auto-organizada e, portanto, consciente, a necessidade da autogestão social, a luta autônoma desemboca em seu terceiro estágio, as lutas autogestionárias. Esta pode ser estudada quando da emergência de processos revolucionários. Momentos estes em que a classe trabalhadora, além de negar as relações capitalistas, afirmam outras em seu lugar, expressando já o cerne das relações típicas da sociedade autogerida do futuro.

É dentro deste quadro analítico que estudamos as lutas empreendidas pelo conjunto da população brasileira nas Jornadas de Junho. Os coletivos como MPL, Frente de Lutas etc. estavam organizados já de forma autônoma. Trata-se de coletivos que agem organizadamente, com objetivos a curto, médio e longo prazos, com estratégias e táticas de ação, com determinada maneira de se organizar expressando já formas bastante avançadas de um ponto de vista político: horizontalidade, ação direta, decisão coletiva, igualitarismo etc. Estes coletivos e aqueles que neles se inspiram e se aproximam expressam o estágio autônomo das lutas. Tais coletivos não tiveram e nem consideraram a possibilidade de avançar suas lutas para além de si mesmas. Por exemplo, quando o aumento da tarifa foi revogado em São Paulo no dia 19 de junho de 2013, o MPL decidiu se afastar das manifestações, pois, argumentaram na época: nosso objetivo já foi conquistado. Sem querer entrar em polêmicas secundárias, afirmo que o MPL, bem como os demais coletivos no país, expressa o estágio autônomo das lutas devido à impossibilidade histórica de irem além de si mesmos. Mas mais que tal dificuldade, é a própria consciência da necessidade de ir além de si mesmo que não estava também colocada. Tais coletivos não tinham condições de avançarem mais, nem se colocavam a necessidade de fazer isto.

Pelo contrário, o conjunto da população que aderiu aos protestos, sobretudo na segunda quinzena de junho, estavam ainda no nível espontâneo das lutas, demonstrando sua insatisfação, mas sem organização, objetivos a curto, médio e longo prazos etc. A verdade mais dolorida, para nós que almejamos uma transformação radical das relações sociais capitalistas, é reconhecer que toda aquela explosão de pessoas, interesses, sentimentos, insatisfações estava ainda em nível tão embrionário da luta de classes.

As Jornadas de Junho expressaram, contudo, algo ainda mais perigoso. Esta luta tão embrionária, tão limitada demonstrou o quão o poder (estado e empresas) são vulneráveis diante da espontaneidade. Qualquer ação, pensamento, prática, organização etc. que fuja aos quadros estabelecidos pela institucionalidade capitalista ameaça a sociabilidade cotidiana. Esta, para que ocorra sem grandes percalços, deve obedecer a um conjunto de regras (escritas ou simplesmente aceitas como naturais) pelo conjunto da população explorada. A qualquer demonstração de espontaneidade e, sobretudo, autonomia destas classes, já é motivo suficiente para ressuscitar o velho soldado de bronze típico de qualquer estado capitalista. Diante da espontaneidade e autonomia da população trabalhadora perante as instituições reconhecidas, resta ao estado, este “capitalista coletivo ideal” (Engels), reprimir os mais “radicais” e “hegemonizar” os mais suscetíveis.

Este é, do ponto de vista revolucionário, a grande limitação das Jornadas de Junho de 2013. Não me refiro aqui aos coletivos autônomos. Estes foram ao limite de sua potencialidade. O limite encontra-se na autoatividade da classe operária. Esta esteve ausente das Jornadas como classe. O proletariado (nas fábricas, na construção civil, nos bairros etc.), os trabalhadores do comércio, os rodoviários, os ferroviários etc. não se apresentaram como classe auto-organizada no conjunto das Jornadas. Esta limitação impediu que as Jornadas se desdobrassem em outros elementos que tornariam aquilo tudo ainda mais irrecuperável pelas instituições (comissões de fábrica, assembleias de bairro, organizações culturais nos bairros etc.), numa palavra: *auto-organização das classes trabalhadoras nos locais de trabalho, estudo e moradia. Este é o limiar que o conjunto das classes trabalhadoras não conseguiu transpor. Esta é a determinação fundamental que explica a não passagem das Jornadas de Junho para o terceiro estágio, as lutas autogestionárias.*

Entretanto, se do ponto de vista da organização e da ação direta, o conjunto da população trabalhadora, à exceção dos grupos autônomos, não se radicalizou ainda mais, do ponto de vista da consciência coletiva houve certo avanço. É presente no imaginário da população a força da ação coletiva, é presente na consciência dos usuários do transporte que a ação direta (embora este termo não faça parte da maioria da população

trabalhadora, restringido-se mais a círculos militantes) provoca mudanças. Mais do que isto, é presente hoje uma certa confiança na luta, uma certeza de que é necessário fazer algo. Em Goiânia/GO, de onde escrevo, por exemplo, o número de manifestações espontâneas de depredação de terminais e de ônibus no ano de 2014 é deveras alto. Isto é um elemento a se tomar nota. Os usuários do transporte protestam mais do que faziam antes.

Não vivemos, pois, um processo revolucionário. Isto se deu por que as lutas não avançaram para o estágio autogestionário, ou seja, de negar as relações capitalistas e afirmar as relações comunistas. Contudo, as Jornadas colocaram a luta de classes no Brasil em um novo patamar. Que a memória e trajetória daquilo tudo não se afaste muito de nós e preparemos os *molotovs* para as próximas Jornadas.

Referências

ARBEX JR., J. *É a conjuntura estúpido*. Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/politica/jose-arbex-jr-conjuntura-no-brasil-pode-desembocar-em-crise-revolucionaria.html>, acesso em 22/08/2014.

BRANT, J. Um ano depois de junho. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 7. N. 83. São Paulo, 2014.

DOWBOR, L. A dura tarefa de se opor ao que está dando certo. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 7. N. 84. São Paulo, 2014.

DUPUIS-DÉRI, F. *Black Blocs*. São Paulo: Veneta, 2014.

FAGNANI, E. Brasil: dois projetos em disputa. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 7. N. 84. São Paulo, 2014.

JENSEN, Karl. A Luta Operária e os Limites do “Autonomismo”. In: *Revista Ruptura*. Publicação do Movimento Autogestionário. Ano 8, Número 7, agosto de 2001.

KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MAIA, L. *As classes sociais em O Capital*. Pará de Minas: VirtualBooks, 2012.

_____. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Pará de Minas: VirtualBooks, 2011.

_____. Para além dos protestos. *Revista Enfrentamento*. Ano 8. Especial jul. Goiânia: Movimento Autogestionário, 2013.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido. In: MARICATO, E. [et al.] *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

MARX, K. Discurso pronunciado na festa de aniversário do “People’s Paper”. In: *Textos*. v. 3. São Paulo: Edições Sociais, s/d.

MARXISTA, G. *Violência e pacifismo, ordem e desordem*. Disponível em: <http://passapalavra.info/2013/06/79190>, acesso em 01/09/2014.

POCHMANN, M. Trajetória e deslocamento distributivo no Brasil. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 7. N. 84. São Paulo, 2014.

RÜHLE, O. *A luta contra o fascismo, começa pela luta contra o bolchevismo*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/ruhle/1939/09/fascismo.htm>, acesso em 28/08/2014.

SANTIAGO, T. & PINHO, M. *Nova versão da Marcha da Família percorre ruas de SP*. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/03/manifestantes-se-reunem-para-nova-versao-da-marcha-da-familia-em-sp.html>, acesso em 28/08/2014.

SECCO, L. *A Jornadas de Junho*. In: MARICATO, E. [et al.] *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

VIANA, N. *As classes sociais na teoria de Karl Marx*. São Paulo: Bookees, 2012.

_____. *Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. *O que são partidos políticos*. Goiânia: Edições Germinal, 2003a.

_____. *A dinâmica da violência juvenil*. Rio de Janeiro: BookLink, 2004.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

VINÍCIUS, L. *A guerra da tarifa*. São Paulo: Faísca, 2005.

_____. *A guerra da tarifa 2005: uma visão de dentro do Movimento Passe Livre em Floripa*. São Paulo: Faísca, 2006.